

INFLUÊNCIA DAS DESIGUALDADES ECONÔMICAS REGIONAIS NO SETOR AGROPECUÁRIO DO RIO GRANDE DO SUL

Inajara Martins Batista¹

Vicente Celestino Pires Silveira²

Resumo

Do ponto de vista do desenvolvimento econômico, o Rio Grande do Sul apresenta uma realidade bastante particular, quando se considera o Estado dividido em duas regiões, Metade Sul e Norte. A Metade Sul, que antes detinha o poder econômico acaba, a partir da metade século XX, por entrar em um período de estagnação econômica que persiste até os dias atuais. A Metade Norte, por sua vez, passa de condição de “atrasada” para a Região economicamente mais desenvolvida do Estado. Este processo teve continuidade na medida em que se observa a concentração econômica em uma área da Metade Norte, definido como Região Nordeste. Assim considera-se no presente trabalho o Estado dividido em três Regiões: Nordeste, Norte e Sul. Vários fatores contribuíram para essa condição de concentração econômica, porém destaca-se o processo de ocupação, de urbanização e industrialização do Estado. A importância do Setor Agropecuário para Rio Grande do Sul é amplamente reconhecida e as desigualdades regionais, à medida que se acentuam, atingem diretamente as atividades deste setor. A Região Nordeste, com apenas 8,98% da área, representa 53,44% do PIB Total e participa com 15,53% do VAB da Agropecuária do Estado. Porém, em termos monetários por área a participação da Região é superior as Regiões Sul e Norte, as quais participam em uma área de 86,45% com 84,47% do VAB da agropecuária estadual.

¹ Mestre em Extensão Rural. E-mail: inajaramb@yahoo.com.br

² Departamento de Educação Agrícola e Extensão Rural - Universidade Federal de Santa Maria. E-mail: vicentesilveira@smail.ufsm.br

Palavras-chave: Desigualdades regionais, setor agropecuário, produto interno bruto, desenvolvimento territorial

Abstract

From the viewpoint of economic development, the state of Rio Grande do Sul presents a particularly special kind of peculiarity, when taking into account the state divided into two regions: North and South. The Southern half, which used to have the state's economical power, began a process of economical stagnation in the midst of the XX century, which persists until today. The Northern half, which used have the least economical power, is now considered the state's most economically developed region. This process has had continuity due to the economical concentration that can be observed in a certain region of the Northern half, the Northeastern region. Thus, this work considers the state of Rio Grande do Sul divided into three regions: Northeastern, Northern and Southern regions. Many factors have contributed to this economical condition, but it is prominently due to the processes of occupation, urbanization and industrialization. The importance of the agricultural sector in the state of Rio Grande do Sul is known; it is also known that these regional disparities, as they become increasingly accentuated, have a direct effect on the activities performed by this sector. The North-eastern Region, which's size corresponds to only 8.98% of the total area of the state, represents 53.44% of the state Gross National Product (GNP) and 15.53% of the Gross Agricultural Value (GAV). However, in economic values per area, the region contributes more than the Southern and Northern regions – which correspond to approximately 87% of the state area – contribute to 84.47% to the state's GAV.

Key-words: Regional disparities, agricultural sector, gross national product, territorial development

1. Introdução

Ao analisar as desigualdades regionais no Rio Grande do Sul, várias divisões podem ser consideradas, onde cada uma segue parâmetros que venham a atingir o propósito da análise (ou do estudo) em questão. Nesse sentido, durante muito tempo se considerou, e ainda se considera, a divisão do Estado em dois pólos: a Metade Sul e a Metade Norte.

A Metade Sul, durante muitos anos, manteve-se como a principal Região econômica do Estado, concentrando o maior Produto Interno Bruto e sendo a principal representante do Valor Adicionado Bruto da Agropecuária, além de concentrar a maior população do Estado. Com a economia

baseada principalmente na pecuária de corte e, posteriormente na lavoura de arroz, sempre teve as alternativas de desenvolvimento embasadas no fortalecimento do Setor Agropecuário. Mesmo quando as indústrias começam a surgir na região, as mesmas tinham na agropecuária sua formação básica. Essa característica fez com que a Metade Sul não acompanhasse o processo de desenvolvimento que foi ocorrendo na Metade Norte. Inicia-se, então, uma preocupação com a perda da participação econômica a nível estadual enfrentado pela Região, que hoje encontra-se em processo de estagnação econômica.

A Metade Norte, por sua vez, tinha menor importância econômica, detendo a menor parcela da população do Estado e tendo a economia baseada na agricultura. Aos poucos, a produção agrícola diversificada foi competindo em espaço físico com a monocultura impressa pelas lavouras de grãos, principalmente soja e trigo. A medida que ocorre o fortalecimento do comércio e indústria no nordeste do Estado, uma grande parcela da população se desloca para essa área, na busca de oportunidades de emprego e renda. Concomitante à concentração populacional e industrial, ocorre também uma concentração econômica nessa área, que passa a obter características próprias de desenvolvimento, baseada principalmente na indústria.

Começa-se, no entanto, a haver um questionamento se esta área industrializada poderia ser considerada como parte da Metade Norte, uma vez que apresenta características bem diferenciadas. Ao analisar a Metade Norte como uma Região apenas, desconsidera-se todo um processo que vem ocorrendo no Rio Grande do Sul há dois séculos, relativo a migração da população para as áreas mais industrializadas e a concentração econômica numa parte desta Metade, a Região Nordeste³.

Com a preocupação em torno da estagnação econômica da Metade Sul começa uma discussão no meio acadêmico e político sobre a necessidade de políticas de desenvolvimento que venham a solucionar essa questão.

Sabe-se, no entanto, que esse desenvolvimento econômico se deu de forma desigual, fazendo com que o Estado apresente acentuadas desigualdades econômicas regionais. Entende-se que as desigualdades

³ Para o presente trabalho considera-se a divisão regional proposta por Alonso et al (1994), a qual considera o Estado dividido em três Regiões: Nordeste, Norte e Sul.

regionais, a medida que se acentuam, influenciam diretamente os setores econômicos das Regiões, principalmente o agropecuário, o qual está intimamente relacionado com a dinâmica econômica regional. Este fato é preocupante considerando a importância histórica que este setor tem no Rio Grande do Sul, não somente pelo aspecto econômico, mas pelo cunho social e cultural que a agropecuária representa. Economicamente este setor foi o principal responsável pelo fato de o Rio Grande do Sul estar entre os principais Estados brasileiros.

Neste trabalho, parte-se do pressuposto que as desigualdades econômicas regionais estão se acentuando no Estado, e que o Setor Agropecuário é influenciado por elas. Pretende-se, portanto, reunir informações que auxiliem na elaboração de políticas de desenvolvimento que considerem as desigualdades regionais no Rio Grande do Sul e seu impacto no Setor Agropecuário.

2. Resgate histórico

O Rio Grande do Sul apresenta regiões bastante distintas com relação a solo, clima e relevo, o que faz com que as atividades agropecuárias desenvolvidas em cada uma dessas regiões sejam bem diferenciadas. Também economicamente o Estado apresenta grandes desigualdades regionais, onde historicamente o desenvolvimento econômico deu-se sobre uma matriz agropecuária. Inicialmente no Sul, através da pecuária, e mais tarde no Norte através da agricultura.

As características inerentes ao processo de ocupação do Rio Grande do Sul determinaram uma concentração populacional em determinadas áreas (industriais) do Estado, provocada também por um excedente de mão-de-obra das regiões tipicamente pecuárias⁴ ou, ainda, os descendentes de colonos que, vendo esgotadas suas fronteiras agrícolas, partem em busca de novas oportunidades de emprego.

Antes do estabelecimento propriamente dito da base industrial do Rio Grande do Sul, no século XX, o destino dessas pessoas ainda eram as regiões agrícolas, principalmente no Norte do Estado. De acordo com Alonso et al (1994), “o primeiro processo - expansão da fronteira agrícola na

⁴ Segundo Silva Neto e Frantz (2001), o funcionamento de uma Estância de 13.000 ha, criando entre 4.000 a 5.000 bovinos, exigia em torno de 20 peões trabalhadores exercendo diversas atividades.

Região Norte - foi o fator dominante na determinação das diferenças regionais de crescimento demográfico até o início da década de 50”.

Nesse aspecto, Bandeira (2003) afirma que, após algumas gerações, “o crescimento acelerado da população nas regiões coloniais mais antigas, onde a fronteira agrícola se havia esgotado rapidamente, obrigava um contingente significativo de jovens a emigrar em busca de novas terras”. Soma-se a isso os problemas relacionados a perda de produtividade por questões de degradação do solo⁵, além do fato das propriedades se tornarem excessivamente pequenas para tornar viável a atividade, além da concorrência nos mercados do centro do país com produtos locais ou importados de outros países (MÜLLER, 1998).

Porém, após essa busca inicial por terras ainda não ocupadas no Norte do Estado, a próxima etapa era um “crescente movimento migratório” dos filhos desses colonos para outros Estados do país onde ainda havia terras disponíveis, quando esgotou-se a fronteira agrícola do Rio Grande do Sul⁶.

É claro que, com o surgimento da indústria, as migrações em busca de empregos passam a se dar rumo às áreas mais industrializadas do Estado, aumentando esses quadro de desigualdade demográfica. Observa-se que a geração de empregos nas regiões industrializadas intensifica esse fluxo migratório, principalmente a partir de áreas onde a pecuária e agricultura costumavam ser a principal atividade, pois com a modernização da agricultura e conseqüente substituição do homem pelas máquinas, esse excedente de mão-de-obra parte em busca de novas oportunidades, não apenas através de empregos diretos, mas também o grande número de empregos indiretos e toda uma dinâmica que a indústria imprime na região.

Em meados da década de 50, segundo Arbage (2000), “a renda gerada pelo setor industrial já superava a renda oriunda do setor primário, quando ainda estavam em processo de implantação as indústrias de base”. Acrescenta, ainda, que o “país passou gradativamente de uma economia centrada no setor rural para uma economia dependente mais diretamente do setor urbano/industrial”. Carvalho (1991) afirma que este fenômeno, na

⁵ técnicas agrícolas bastante agressivas e também o uso intensivo do solo geram um processo de “enfraquecimento” do solo, fazendo com que este perca produtividade e fique mais sensível a determinadas práticas e culturas.

⁶ De acordo com Jansen (2004), este fluxo migratório ficou conhecido como “enxamegem”, onde a “rota” principal foi Santa Catarina, Paraná, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Acre e Amazonas.

realidade, se constitui numa das características de um país desenvolvido, que é a queda da importância relativa do setor agrícola em relação aos demais setores da economia.

De acordo com Bandeira (2003), “alguns dos primeiros grandes empreendimentos manufatureiros surgidos no Estado localizaram-se em Rio Grande, pela facilidade maior de acesso aos mercados do centro do país, aos quais se destinava a maior parte da sua produção”. No entanto, devido as dificuldades de acesso ao mercado e ao abastecimento de matérias-primas, não conseguiram ser bem sucedidas.

Foram, no entanto, principalmente as indústrias situadas em Porto Alegre e nos centros mais importantes da região colonial as que conseguiram expandir-se e consolidar-se, vindo a formar um parque manufatureiro diversificado e de porte mais significativo na porção nordeste do território gaúcho. Essas indústrias foram constituídas, em grande parte, com base em capitais acumulados no comércio das áreas coloniais (BANDEIRA, 2003).

São “vários os fatores como a construção da estrada de ferro, a rede rodoviária, o aumento do excedente da produção e do mercado consumidor”, que contribuíram para que houvesse um processo de industrialização da Região Norte, de acordo com Alonso *et al.*, (1994), fazendo com que se concentrasse ainda mais a diferenciação econômica entre os dois pólos: o Sul e o Norte.

A diferenciação entre Sul e Norte foi se acentuando a partir da segunda metade do século XIX, quando a economia do Estado se desenvolveu, de acordo com Jansen (2002).

Dois pólos regionais, oriundos do processo histórico da forma de ocupação, passam a consolidar o perfil econômico do Estado: de um lado o eixo Rio Grande-Pelotas com produção centralizada no charque, no trigo e produtos de origem da pecuária; e de outro lado o eixo Porto Alegre-São Leopoldo, concentrado na produção rural das colônias, uma indústria de base artesanal, e um comércio.

Nota-se que o processo de industrialização do Estado acentua ainda mais as desigualdades regionais, pois aquelas áreas de domínio da pecuária (Região Sul) e mais tarde da agricultura (através de um único produto, o arroz) mantiveram sua base industrial a partir desses produtos, como outrora foram as charqueadas.

Por outro lado, nas áreas onde a produção diversificada predominava, a base industrial também se mantém dinâmica aproveitando essa variedade de produtos e atividades.

A partir destas características o desenvolvimento econômico na Região Norte foi se acentuando em uma região, no nordeste do Estado, terminando por concentrar a base econômica nesta área. Neste sentido, Fonseca (1983) afirmava que o Estado podia ser dividido entre Norte e Sul (Campanha), dado às diferenças significativas entre ambos. Entretanto, o Norte pode ser subdividido em duas zonas: a Serra e o Planalto.

Com relação às características produtivas, Souza (2000) afirma que o Estado pode ser dividido em duas grandes regiões originárias da forma de ocupação histórica: Região Norte e Região Sul. No Norte existe grande diversidade de culturas envolvendo cultivo de grãos, fumo e fruticultura, onde o uso de mão-de-obra familiar é predominante nesta região de pequenas propriedades. Mesmo as áreas de campos, que possibilitaram o desenvolvimento da pecuária, vêm sendo absorvidas pela agricultura. No Sul, incluindo a porção de serra que fica a sudeste, há predomínio da produção animal e de arroz.

Posteriormente, Ilha et al (2002) e Silveira et al (2004) também ressaltam as diferenças entre a Metade Sul e Metade Norte, mas alertam sobre a crescente concentração econômica no eixo Porto Alegre – Caxias do Sul.

Alonso et al (1994) propõem, a subdivisão do estado (Figura 1) em três Regiões: A Sul, onde predominam a grande propriedade, a pecuária e a lavoura de arroz. A Norte, predominantemente agrária, caracterizada pelas pequenas e médias propriedades, onde a produção inicialmente diversificada cedeu espaço para as lavouras mecanizadas de trigo e soja. E a última região, a Nordeste, que se caracteriza pela presença de vários setores industriais, além de grandes concentrações urbanas. Estas duas últimas constituem a chamada Metade Norte do Rio Grande do Sul (Rio Grande do Sul, 1996).

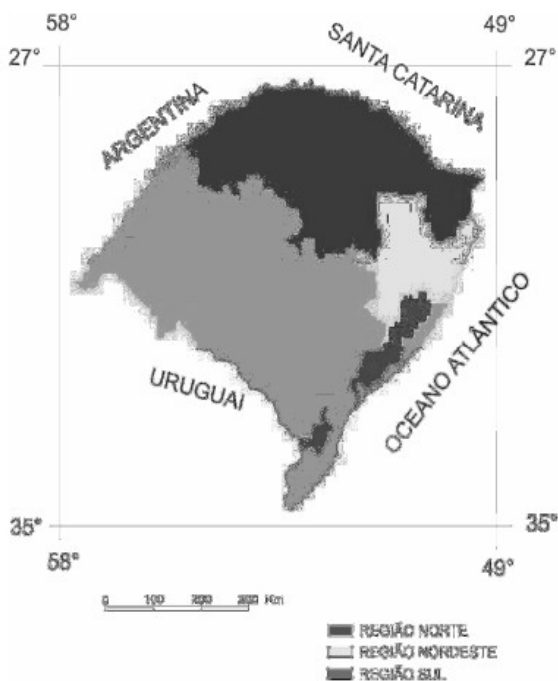


Figura 1- Regiões do Rio Grande do Sul baseado na divisão elaborada por Alonso et al (1994)

Dentro desta mesma lógica Bandeira (2003) acrescenta que o Rio Grande do Sul passou a ser constituído fundamentalmente pelas três grandes regiões mencionadas: “o Nordeste, cada vez mais industrializado, o Norte, com sua economia baseada na pequena e média propriedade e na agropecuária diversificada, e o Sul, onde continuaram a predominar a pecuária e o latifúndio”. Acrescenta, ainda que, com o processo de industrialização, as atividades agrícolas passam a ser cada vez menos expressiva na formação do PIB.

Com relação a estrutura das propriedades rurais, Ilha et al. (2002) cita que a Região Norte apresentou significativas mudanças, onde “prevalcem as pequenas e médias propriedades familiares diversificadas”, característica esta que vem mudando uma vez que a cultura da soja⁷ está tomando espaço frente as pequenas unidades familiares.

⁷ Sabe-se, no entanto, que esta cultura necessita cada vez mais da escala de produção, para tornar-se rentável.

Em contraste, segundo Schneider e Waquil (2001), pequenas propriedades localizadas em regiões onde as condições de solo e relevo são menos favoráveis apresentam restrições para práticas agrícolas intensivas como o uso de tecnologias moto-mecânicas. Potencialmente, essas permitiriam obter melhor produtividade e, conseqüentemente, maiores rendas ao produtor. Assim, de acordo com os autores, a região Norte convive por um lado com o aumento do tamanho da propriedade e a concentração de terra, e por outro com a descapitalização dos pequenos produtores.

Na Região Sul, o que se observa é o desenvolvimento predominante da pecuária extensiva e a agricultura. É importante ressaltar que em várias partes da Região Sul, as condições de solo não permitem uma maior diversificação das atividades, devido a suscetibilidade a erosão que algumas áreas apresentam, enquanto outras não são ideais para uso de maquinários e implantação de lavouras temporárias⁸.

Nesse sentido, Bandeira (2003) acrescenta:

O setor primário do sul tradicionalmente caracterizou-se pela ampla predominância da agropecuária. Embora sua participação tenha diminuído ao longo do tempo, à medida que, nas décadas mais recentes, se expandiram algumas lavouras, até os anos 50 (do século XX) essa atividade continuava a ser responsável por mais da metade do Valor Bruto da Produção Agropecuária da região.

A Região Nordeste dispõem, ainda, de “importantes vantagens comparativas em relação a outras regiões do RS ou mesmo de outros estados brasileiros; além da proximidade do mercado consumidor e uma grande disponibilidade de mão-de-obra”. (GRANDO e MIGUEL, 2002).

Nas Regiões Sul e Norte, os outros setores da economia não são tão expressivos economicamente quanto os da Região Nordeste, assim a atividade econômica intersetorial é pouco dinâmica dificultando, conseqüentemente, a agregação de valor aos produtos primários. Assim, estas regiões produzem basicamente commodities⁹, que têm seu valor

⁸ Ver Bandeira (2003)

⁹ São produtos indiferenciados entre os concorrentes e, portanto, são vendidos com base no menor preço. A concorrência por preços mantém as margens dos produtos relativamente baixas. Além disso, são geralmente manufaturados em larga escala para reduzir o custo unitário de produção.

reduzido ano a ano, essa característica faz com que se acentue cada vez mais a desigualdade entre as regiões.

Portanto, nota-se que o Rio Grande do Sul apresenta características bem particulares com relação às formas de ocupação, ao processo de concentração populacional e industrial em áreas específicas, mas principalmente, com relação às atividades agropecuárias desenvolvidas nas regiões do Estado. Enquanto a Região Sul teve sua economia baseada na agropecuária, as Regiões Norte e Nordeste buscaram, através do comércio e da indústria, seu desenvolvimento econômico.

Observa-se que essas características colaboraram para a concentração econômica na Região Nordeste do Estado, fazendo com que se acentuassem as desigualdades econômicas regionais no Rio Grande do Sul.

3. Observações e análise

O Rio Grande do Sul teve, desde o início de sua ocupação, a economia baseada prioritariamente no setor primário. Se outrora essa característica colocava o Estado economicamente à frente das demais unidades da federação em várias ocasiões, hoje a realidade é outra. A medida que a agropecuária vai tendo sua participação reduzida na composição do PIB estadual, é claro que isso reflete a nível regional. Aquelas regiões que não conseguiram alterar ou diversificar sua base produtiva sofrem as conseqüências econômicas de dependerem basicamente de um setor que não mais é capaz de sustentar um processo de desenvolvimento local, através da geração de emprego e renda à população. Frente a isso, o que se verifica é que um grande número de pessoas se desloca destas áreas para as mais industrializadas, gerando um processo de concentração econômica, populacional e industrial, colaborando para o quadro de desigualdades regionais no Estado.

3.1 Participação populacional e as desigualdades regionais

3.1.1 Participação populacional das regiões no Rio Grande do Sul

O deslocamento ou migração interna no Rio Grande do Sul ocorre, num primeiro momento, para o Norte do Estado (fronteira agrícola) e num segundo momento para a região Nordeste do Estado em busca de empregos nas áreas mais industrializadas. Torna-se evidente atualmente, quando comparada com as demais regiões, a concentração populacional na Região Nordeste. Nesse sentido, Alonso et al (1994) afirmam que as “diferenças regionais de crescimento demográfico no RS foram, na maior parte dos últimos 100 anos, determinadas principalmente pelas migrações internas, favorecendo primeiro a Região Norte e depois a Nordeste, sempre em detrimento da Sul.” No gráfico 1 visualiza-se o crescimento populacional do RS.

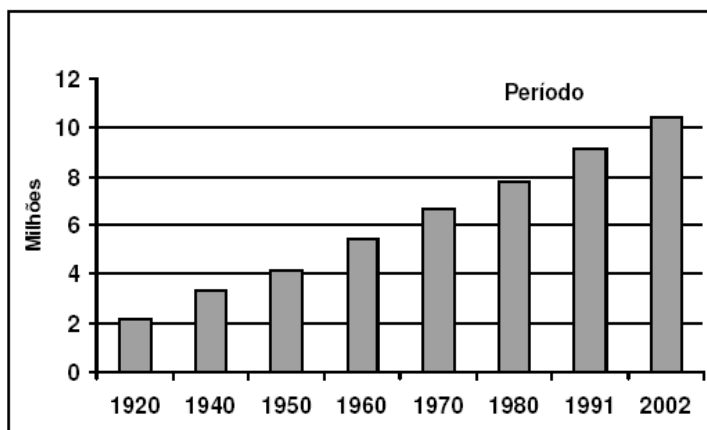


Gráfico 1 - População residente do Rio Grande do Sul entre 1920 e 2002.

Em 2002, a população total do Estado era de 10.398.133, o que demonstra um crescimento de aproximadamente 470% desde 1920, onde a população residente no Rio Grande do Sul era de 2.182.713 habitantes. A Tabela 1 apresenta os dados relativos a participação percentual da população de cada região no total do Rio Grande do Sul, onde visualiza-se que a Região Sul teve sua participação percentual a nível estadual reduzida consideravelmente com relação as Regiões Norte e Nordeste. Indicando, portanto, uma migração da população sulina considerando o período de 1920 a 2002. A falta de empregos, gerada pela pouca diversificação da

base industrial, baseada principalmente na pecuária, foi com certeza a principal causa dessa migração para as demais regiões do Estado. Esse processo teve início ainda na década de 1930-1940.

Tabela 1: Participação percentual das Regiões na população total do Rio Grande do Sul no período de 1920 a 2002

Região	1920	1940	1950	1960	1970	1980	2002*
Nordeste	27,47	25,57	26,68	30,66	34,28	40,21	48,30
Norte	32,23	38,76	40,57	39,23	37,17	33,48	27,19
Sul	41,30	35,67	32,75	30,11	28,54	26,31	24,52
Total RS	100	100	100	100	100	100	100

Fonte: Baseado em Alonso et al (1994). * Dados obtidos da FEE e IBGE

As pequenas unidades voltadas para agropecuária colonial ou para as lavouras mecanizadas, que compõem o setor agrícola da Região Norte necessitam um volume muito maior de mão-de-obra por unidade de área do que as explorações agropecuárias características da Região Sul. Com a crise da agropecuária, um grande número de pessoas que dependiam desta atividade deslocam-se para aquelas regiões que poderiam oferecer melhores condições de trabalho e renda. Sabe-se também, que uma das maiores consequências da Revolução Verde¹⁰ foi o acentuado êxodo rural, que fez com que o homem se deslocasse do campo em busca de moradia e emprego migrando, assim, para cidades ou regiões que poderiam vir a atender esse anseio.

Fica claro o processo de concentração populacional na Região Nordeste ao longo das décadas, uma vez que esta possuía, em 1920, aproximadamente 27,47% da participação na população total do Estado, enquanto a Sul detinha cerca de 41,30%. No entanto, esse valor foi se alterando de tal maneira que, no ano de 2002, a Região Sul passa a ter a menor participação, com 24,52%, enquanto a Região Nordeste representa 48,30% da população do Estado.

Com relação a Região Norte, não houve mudança significativa na sua participação percentual quando comparado o ano de 1920 e o de 2002. Porém, chama a atenção o seu percentual na década de 50, fato esse, explicado em parte pela migração que ocorreu rumo ao norte do Estado, na

¹⁰ Transformação na agricultura, a partir dos anos 50, acarretada pela injeção de tecnologia básica e de um conjunto de práticas e insumos agrícolas que asseguraram condições para que as novas cultivares alcançassem altos níveis de produtividade. A diversidade de pequenos sistemas de subsistência foi substituída por monoculturas.

busca de terras ainda não exploradas (muitas vezes cobertas quase que totalmente por florestas) e comercializadas a um valor irrisório. Nos anos seguintes observa-se que a participação das Regiões Norte e Sul na população total do Estado diminuiu, enquanto a da Nordeste aumentou progressivamente.

Conforme o comentado anteriormente, em 1920 a população residente no Rio Grande do Sul era de 2.182.713 habitantes, sendo que 26,44% residiam no meio urbano. No ano de 2002, a população total do Estado era de 10.398.133 habitantes, onde 82,72% residem nas cidades. Ou seja, o número de habitantes foi aumentando da mesma maneira em que a população rural foi gradativamente transformando-se em urbana, principalmente a partir da década 1960, o que está descrito no item 3.1.2. Paralelo a isso, o número de municípios, que em 1920 era de 71, passa a um total de 497 no ano de 2002, onde áreas antes consideradas rurais passam a ser urbanas, o que explica em parte essa inversão ao longo do período considerado.

Ao observar o percentual da participação da população urbana das Regiões no total da população do Rio Grande do Sul (Tabela 2) verifica-se que, na Região Norte ocorreu um aumento de aproximadamente 266%.

Tabela 2 - Participação percentual das Regiões na população urbana total do Rio Grande do Sul no período de 1920 a 2002.

Região	1920	1940	1950	1960	1970	1980	2002*
Nordeste	42,16	39,19	42,92	45,61	49,07	51,87	53,91
Norte	8,19	18,06	19,14	21,21	20,79	21,90	21,81
Sul	49,66	42,76	37,94	33,18	30,14	26,23	24,28
Total RS	100	100	100	100	100	100	100

Fonte: Baseado em Alonso et al. (1994) . *Dados obtidos da FEE e IBGE

Além do esgotamento da fronteira agrícola e conseqüente migração para as cidades, esse fato também explica-se pelo grande número de municípios criados, implicando na transformação de áreas antes consideradas rurais, em urbanas. Este fato é amplamente discutido por Veiga (2000)¹¹

O que se observa na região nordeste é que a participação percentual da população urbana também foi aumentando nas últimas

¹¹ Este assunto é debatido amplamente pelo autor no artigo: "Desenvolvimento Territorial do Brasil: do Entulho Varguista ao zoneamento Ecológico-Econômico".

décadas, em parte devido a característica produtiva desta região, baseada principalmente na indústria e serviços. Também verifica-se que esgota-se a área rural a medida que expande-se a área considerada urbana, visto a reduzida área territorial em questão (Tabela 6).

Na Região Sul, ao contrário das demais Regiões, ocorreu uma diminuição percentual da participação da população urbana no total Estado, passando de aproximadamente 50% em 1920 para 24% em 2002. Vários municípios na Região Sul, em decorrência da pecuária e das Charqueadas, tiveram grande importância econômica a nível estadual, transformando-se em importantes pólos regionais, concentrando uma grande parte da população, que trabalhava nas indústrias locais. No entanto, com a prolongada crise da agropecuária no século XX, e conseqüente decadência das charqueadas e a não-consolidação das indústrias locais, fizeram com que esse contingente se deslocasse principalmente para a Região Nordeste.

Nesse sentido, Alonso et al (1994) citam que “a incapacidade de sustentar um processo de industrialização diversificada foi, provavelmente, o principal entre os fatores que contribuíram para determinar o baixo dinamismo característico da evolução histórica da economia da região”. Além disso, como o número de municípios não aumentou na mesma proporção das outras regiões, o fator transformação rural/urbano decorrente da criação dos novos municípios teve importância reduzida nesta região.

Com relação à participação percentual da população rural da Região Nordeste no total do Rio Grande do Sul (Tabela 3), ocorreu um aumento na última década onde, acredita-se, a grande concentração populacional tenha extrapolado os limites do que se considera cidade, fazendo com que áreas consideradas rurais tenham sido ocupadas com a finalidade principal de moradia e lazer¹².

A participação da Região Sul reduziu ao longo das últimas décadas. Como já foi citado anteriormente, o êxodo rural e também a migração das pessoas (principalmente jovens) para as cidades e grandes centros industriais, foram algumas das causas desta redução. No que diz respeito a essa “mão-de-obra”, há de se destacar que, segundo Bandeira (2003), “muitos que se desfaziam das terras e iam para as cidades, estavam, em geral, despreparados para aplicar com sucesso os recursos assim obtidos em outros tipos de atividade”, podendo vir a migrar,

¹² ABRAMOVAY, R. O Futuro das Regiões Rurais. Porto Alegre: UFRGS, 2003.

posteriormente, para áreas que apresentam uma dinâmica econômica capaz de oferecer empregos.

Tabela 3 - Participação percentual das Regiões na população rural total do Rio Grande do Sul no período de 1920 a 2002

Região	1920	1940	1950	1960	1970	1980	2002*
Nordeste	25,32	19,40	18,25	18,49	17,41	15,95	21,45
Norte	34,15	48,13	51,68	53,90	55,87	57,58	52,91
Sul	40,53	32,46	30,07	27,61	26,72	26,47	25,64
Total RS	100	100	100	100	100	100	100

Fonte: Baseado em Alonso et al (1994). *Dados obtidos da FEE e IBGE

Na Região Norte, ocorreu um aumento proporcional da participação na população rural do Rio Grande do Sul, fator entendido pela característica das propriedades rurais da região, mas também entende-se que a medida que a Região Sul reduz sua participação, automaticamente as demais Regiões aumentam o seu percentual. Finalmente, observa-se que a Região Sul teve a sua participação no percentual da população do Estado reduzida como um todo, tanto urbana quanto rural.

3.1.2 População dentro de regiões

O Rio Grande do Sul passou, de uma população prioritariamente rural, que representava cerca de 73,56% do total no ano de 1920, para uma maioria absoluta urbana em 2002, onde esta representa 82,72%. Entretanto, não pode ser desconsiderada a questão do número de municípios emancipados que aumentou 700% entre 1920 e 2002.

Ao observar os valores da população urbana e rural nas regiões (Tabela 4), verifica-se que a Região Sul apresentou um processo de urbanização bastante superior à Região Norte, a qual teve uma emancipação de municípios 4 vezes maior. Como já foi comentado anteriormente, sabe-se que o setor agropecuário do Sul tradicionalmente caracterizou-se pela predominância da pecuária e que a mesma não necessita de muita mão-de-obra, gerando um excedente que se desloca para as zonas urbanas. De acordo com Alonso et al (1994),

Embora as duas regiões (Norte e Sul) tenham sua economia baseada nas atividades agrícolas, na região sul a participação da população urbana na total aproxima-se desde 1920, do nível apresentado pela Nordeste. Na região Norte, ao contrário, o grau de urbanização foi sempre muito inferior ao dessas duas regiões, a tal ponto que, em 1980, mais da metade da sua população ainda vivia no meio rural, quando 9 em cada 10 dos habitantes da região nordeste e mais 2 em cada 3 dos da Sul já viviam em cidades.

Tabela 4 - Participação percentual da população rural (R) e urbana (U) nas Regiões do Rio Grande do Sul

Região	1920		1950		1970		1980		2002	
	U	R	U	R	U	R	U	R	U	R
Nordeste	37,44	62,56	54,94	45,06	76,29	23,71	87,13	12,87	92,33	7,67
Norte	7,93	92,07	16,11	83,89	29,82	70,18	44,18	55,82	66,37	33,63
Sul	30,57	69,43	39,54	60,46	56,29	43,71	67,34	32,66	81,93	18,07
Total RS	26,44	73,56	34,14	65,86	53,31	46,69	67,55	32,45	82,72	17,28

Fonte: Elaborado pelos autores, com base nos dados obtidos da FEE e IBGE

Na região Norte também ocorreu um processo de urbanização acentuado, no entanto essa urbanização se deu de forma mais lenta, uma vez que a característica de pequenas propriedades, onde a mão-de-obra era familiar e abundante. Nesse sentido, Roche (1969) diz que:

A subdivisão da pequena propriedade entre os co-herdeiros chocava-se depressa com os próximos limites, traçados pela impossibilidade de alimentar mais homens em terras cujo rendimento baixava rapidamente. A emigração dos excedentes da população campesina fazia-se, pois necessária.

Em parte esse fator deve-se a estrutura das propriedades rurais de alguns municípios¹³, onde as características produtivas são bastante limitadas, fazendo com que não se altere o número de propriedades, sendo que dificilmente essas são agregadas por propriedades maiores. No entanto, naquelas áreas propícias para a mecanização, ocorreu o contrário. Nesse sentido, Ilha et al (2002) afirma que a Região Norte é muito

¹³ Em Boa Vista do Buricá, por exemplo, o número de propriedades (1700) se mantém inalterado desde 1970.

heterogênea, onde a produção inicialmente diversificada (caracterizada pelas pequenas e médias propriedades) cedeu espaço para as lavouras mecanizadas de trigo e soja.

3.2. Participação econômica e as desigualdades regionais.

3.2.1 Participação do PIB e VAB das regiões no Rio Grande do Sul

Verifica-se na Tabela 5, o quanto a participação percentual da regiões na composição do PIB Estadual foi se alterando. No final da década de 1930, a Região Sul era responsável pela maior parte do PIB, enquanto a Região Nordeste representava 33,03%. A agropecuária da Região Sul passava por um período favorável com a criação de frigoríficos e engenhos de arroz, enquanto a Região Nordeste iniciava seu processo de industrialização. Esses valores foram se modificando ao longo do período considerado, até que se verifica uma inversão, 20 anos depois, com relação a participação das mesmas na composição do PIB do Rio Grande do Sul.

Nota-se que a Região Norte teve uma maior participação a partir do final da década de 1950, onde aquela região começava a “colher os louros” da produção de soja. No entanto, a participação percentual da Região Norte na composição do PIB do Estado manteve-se mais ou menos constante ao longo das décadas, onde as variações ocorridas estão relacionadas, principalmente, aos anos em que houveram safras agrícolas bem sucedidas, como foi o caso do ano de 2002.

Tabela 5 - Participação percentual do PIB das Regiões no total do Rio Grande do Sul

Região	1939	1959	1970	1980	2002*
Nordeste	33,03	40,14	47,28	51,20	53,44
Norte	28,65	30,40	28,17	25,70	28,53
Sul	38,33	29,43	23,95	23,09	18,03
Total RS	100	100	100	100	100

Fonte: Baseado em Alonso et al. (1994). * Dados obtidos da FEE e IBGE

Uma vez que o trabalho propõe analisar as desigualdades regionais e a influência no setor agropecuário é importante considerar a

área em que as atividades são desenvolvidas. Assim, a tabela 6 refere-se a área e o PIB do Rio Grande do Sul, onde a Região Nordeste possui uma área de 25.310,20 Km², o equivalente a 8,98% da superfície do Estado, representando cerca de 53,44% do PIB Total. A Região Sul, ao contrário, ocupa 53,32% da área, e tem uma representação de 18,03% do PIB estadual e, finalmente a Região Norte, que possui uma área de 33,13% e 28,53% do PIB do Estado.

Tabela 6- Área, PIB Total e PIB por área das Regiões do Rio Grande do Sul.

Região	Área Km²	%	PIB Total R\$	%	PIB/Área (R\$/Km²)
Nordeste	25.310,20	8,98	57.959.657.158,22	53,44	2.289.972,31
Norte	93.385,70	33,13	30.949.073.265,25	28,53	311.411,27
Sul	150.281,20	53,32	19.562.007.479,04	18,03	130.169,36
Lagoa dos Patos	10.049,62	3,57	-	-	-
Lagoa Mirim	2.811,53	1,00	-	-	-
Total RS	281.838,25	100	108.470.737.902,52	100	-

Fonte: Elaborado pelos autores, com base nos dados obtidos da FEE e IBGE

Observa-se claramente a desigualdade na composição do PIB total do Rio Grande do Sul, onde o PIB gerado pela Região Nordeste é de aproximadamente 47% superior ao da Região Norte e de 200% ao da Região Sul. As características produtivas da Região Nordeste, baseada na indústria e serviços, colaboram para esse quadro, já que são atividades que agregam mais por área do que a agropecuária, que se constitui na atividade principal das Regiões Sul e Norte.

Na Figura 2 pode-se observar a distribuição do PIB total por município do Estado, onde demonstra claramente a desigualdade econômica entre as Regiões. Fato este, explicado pelo tamanho dos municípios, uma vez que se pode visualizar que vários municípios da Região Sul encontram-se em uma colocação “privilegiada” no que diz respeito ao PIB total.

A reduzida área ocupada pela Região Nordeste e o alto valor do PIB gerado na Região, fazem com que, ao analisar o PIB gerado por área,

encontre-se um valor 1.760% superior quando comparada a Região Sul e de 735% quando comparada a Norte, o que demonstra esse descompasso na geração do PIB por área regional. Na Figura 3 fica clara essa diferença entre a geração do PIB por área nos municípios da Região Nordeste, Norte e Sul.

Com relação ao Valor Adicionado Bruto não é diferente. Da mesma maneira que ocorre com o PIB, ao observarmos o VAB Total por município do Estado (Figura 4), visualiza-se que os municípios localizados nas Regiões Sul e Norte apresentam um maior Valor Adicionado Bruto.

No entanto, ao analisarmos o VAB por área dos municípios (Figura 5), observa-se que há uma concentração na Região Nordeste e também na Norte, em detrimento da Sul, demonstrando este quadro de desigualdades entre as Regiões.

3.2.2 Participação do VAB da Agropecuária das regiões no Rio Grande do Sul

A análise da participação percentual do valor agregado da agropecuária das Regiões no Rio Grande do Sul (Tabela 7) no período de 1939 a 2002 demonstra que a Região Norte sempre teve a maior participação, com uma média de 50,5%, seguido pela Região Sul (35,6%). A Região Nordeste participa em média com pouco mais de 13,7%.

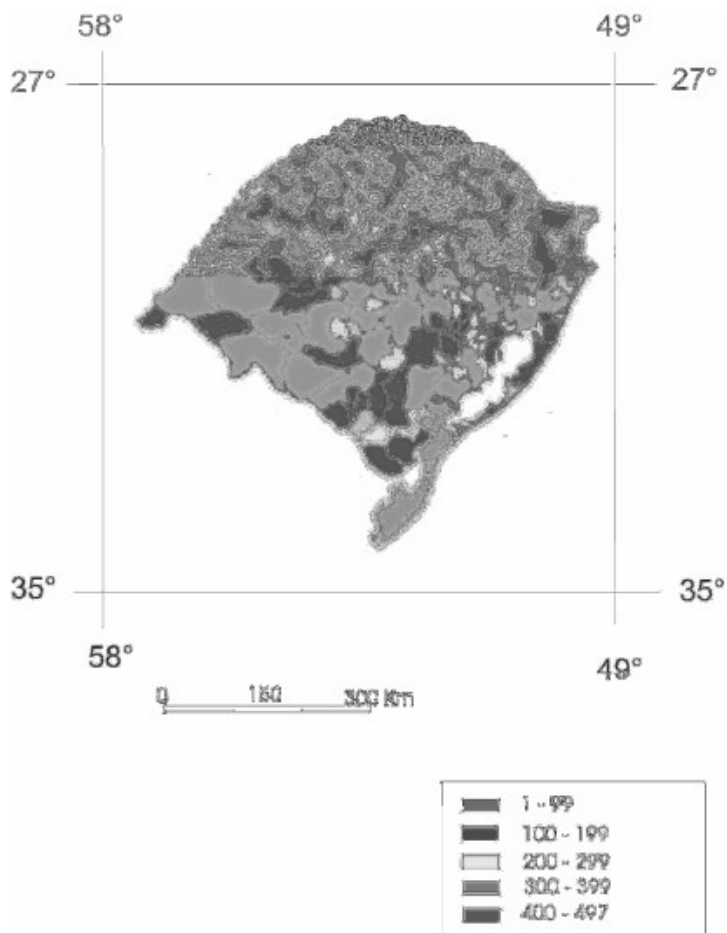


Figura 2 - Mapa do PIB Total por município do Estado do Rio Grande do Sul

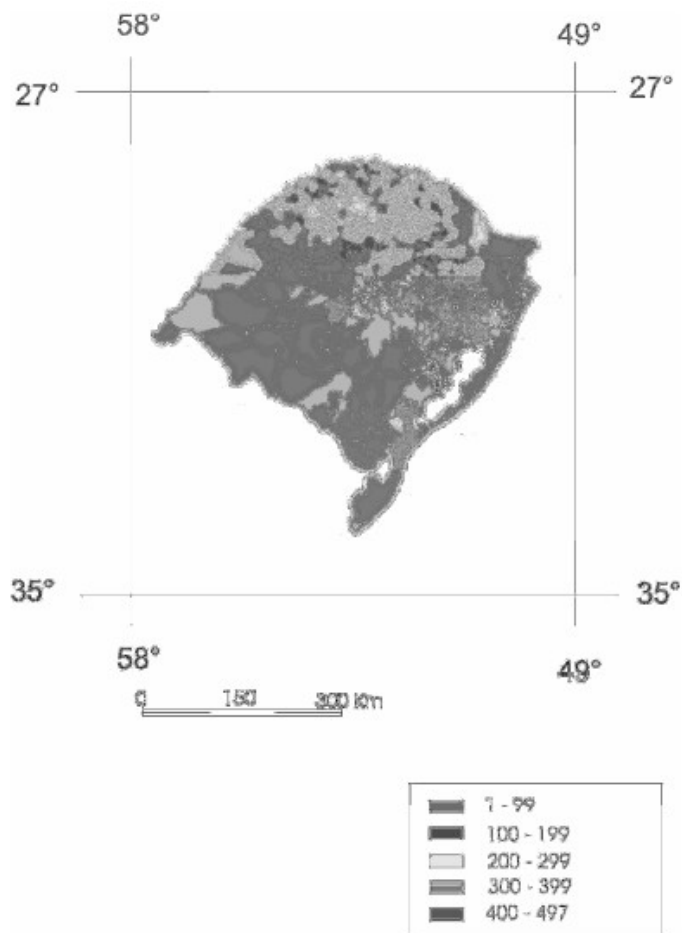


Figura 3 - Mapa do PIB por área por município do Estado do Rio Grande do Sul

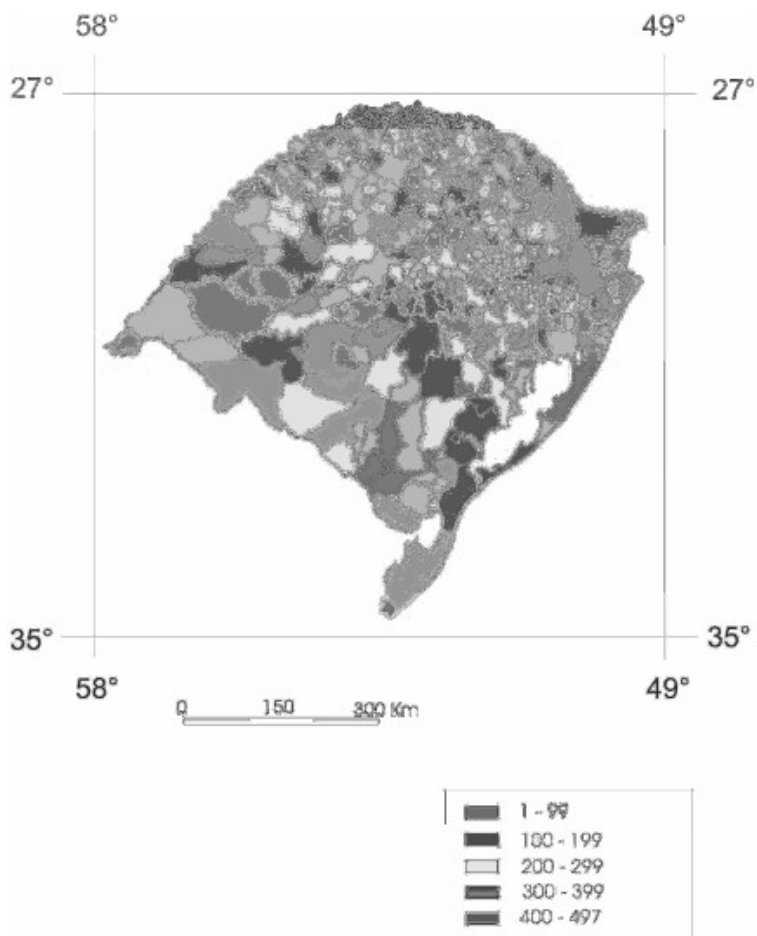


Figura 4 - Mapa do VAB Total por município do Estado do Rio Grande do Sul

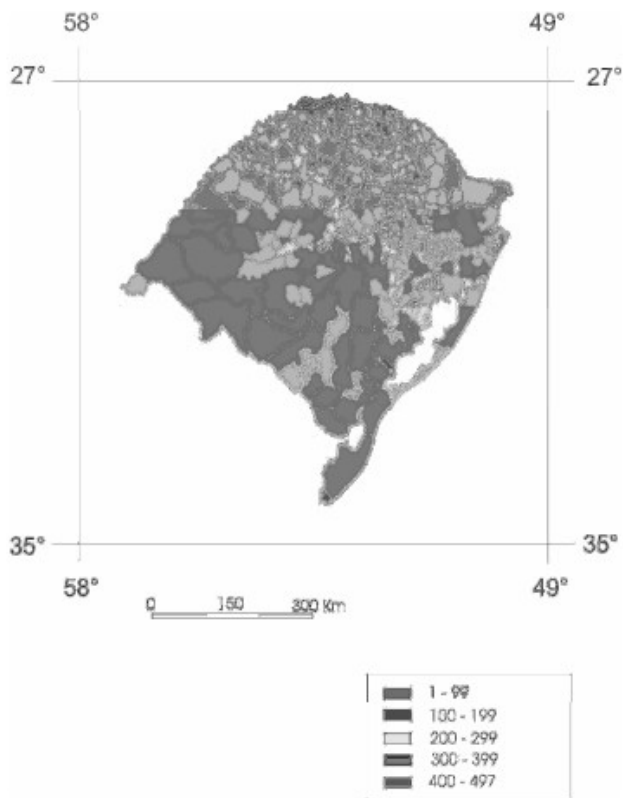


Figura 5 - Mapa do VAB por Área por município do Estado do Rio Grande do Sul

A Região Norte apresentou, no período de 1950 a 1970 um aumento da sua participação, como já foi citado anteriormente, o “sucesso” da lavoura de soja e trigo nesse período é, com certeza um dos principais fatores para esses valores. Após uma pequena queda na década de 1980, a participação se eleva novamente no ano de 2002, provavelmente devido a safra agrícola bem sucedida e os bons preços obtidos pelas commodities,

principalmente soja, considerando que esta Região possui uma alta concentração de lavouras no Estado.

Tabela 7- Participação percentual do VAB da Agropecuária das Regiões no total do Rio Grande do Sul.

Região	1939	1959	1970	1980	2002*
Nordeste	16,77	13,50	11,77	10,95	15,53
Norte	44,12	52,69	54,03	49,95	51,60
Sul	39,11	33,79	33,18	39,08	32,87
Total RS	100	100	100	100	100

Fonte: Baseado em Alonso et al. (1994). * Dados obtidos da FEE e IBGE

A Região Sul, por sua vez, também manteve sua participação a nível Estadual sem grandes variações, com exceção da década de 1980, onde consolida-se a cultura do arroz como importante atividade econômica na Região.

A Região Nordeste não tem na agropecuária sua principal atividade econômica, portanto, a sua participação a nível estadual se mantém reduzida percentualmente.

A participação da Região Nordeste é cerca de 3 vezes inferior a Norte, que tem maior representatividade do VAB da agropecuária, a característica produtiva desta região, baseada na lavoura e na diversificação de produtos é o fator principal para esses valor, ao contrário do que acontece na Sul, onde, de acordo com Bandeira (2003),

Embora a participação da pecuária no Valor da Produção se tenha reduzido, a ascensão da lavoura não implicou uma diversificação mais ampla da produção agrícola na região, devendo-se quase exclusivamente à expansão de um único produto, o arroz.

Esses valores demonstram a importância das Regiões Norte e Sul na geração do VAB da agropecuária no Rio Grande do Sul, onde são responsáveis, juntas, por cerca de 87% do VAB estadual. Porém, ao observar-se a Tabela 8, onde esta participação percentual é transformada em geração econômica por área, nota-se que a participação é bem diferente. A Região Nordeste, que participa com 15,53% do VAB da Agropecuária no Estado, gera, por área um valor quase 3 vezes superior a Sul, o que demonstra a dinâmica deste setor na Região Nordeste. Esta constatação fica evidente quando se compara a área de cada região, onde

a Região Sul detém 53,32 % da área do Estado contra apenas 8,98% da Região Nordeste.

Na Região Norte, o valor do VAB da agropecuária não é tão inferior a da Região Nordeste, mas considerando que a área ocupada pela Região Norte é 4 vezes superior, este valor é bastante significativo.

Tabela 8 - Contribuição econômica do VAB da Agropecuária, Indústria e Serviços por área das Regiões do Rio Grande do Sul.

Região	VAB/AREA (R\$/ Km ²)		
	Agropecuário	Indústria	Serviços
Nordeste	92.641,25	1.117.082,59	1.072.644,95
Norte	83.421,45	98.663,48	117.362,31
Sul	33.014,92	33.188,89	58.170,24

Fonte: Elaborado pelos autores, com base nos dados obtidos da FEE e IBGE

Ou seja, mesmo tendo uma representatividade menor em termos percentuais, a agropecuária na Região Nordeste agrega por área um valor superior as demais regiões. É interessante ressaltar que o VAB agropecuário na Região Nordeste representa somente 4,06%, contra 48,94% do VAB industrial e 47,00% do VAB referente aos Serviços. Assim fica evidenciada a dinâmica que envolve a agropecuária na região e o processo de estagnação econômica em que se encontra a Região Sul.

3.3 As desigualdades regionais e o setor agropecuário

A partir da análise dos dados, observa-se que o Rio Grande do Sul apresentou um processo de concentração populacional, industrial e econômica nas últimas décadas em uma Região, a Nordeste. Este fato permite afirmar que o quadro de desigualdades regionais do Estado foi ficando mais evidente, fazendo com que as Regiões Sul e Norte estejam sendo afetadas por esse processo de concentração. Do ponto de vista do Setor Agropecuário, o que se verifica é que este recebe influências dessas desigualdades, refletindo no desenvolvimento econômico das Regiões.

O setor agropecuário das Regiões Norte e Sul baseia-se, principalmente, na produção de commodities. No caso da soja, apesar da

expressiva queda dos preços internacionais do grão desde a década de 1970, a produção aumentou consideravelmente.

Nesse mesmo sentido, Vieira (1998) afirma que:

(...) os produtores de “commodities” de base tecnológica menos intensiva, em geral com menor capacidade de captar e processar a informação tecnológica, mercadológica e gerencial com rapidez acabam, na maioria das vezes, acumulando perdas significativas que são absorvidas via descapitalização da propriedade ou via aviltamento da remuneração do seu trabalho e dos membros de sua família, ou ainda pela sua exclusão do mercado.

A Região Norte apresenta, em grande parte de seu território, o desenvolvimento da cultura de grãos, principalmente a soja, a qual é comercializada basicamente *in natura*. No entanto, também apresenta um grande número de agroindústrias, o que faz com que os produtos agrícolas sofram algum tipo de agregação de valor, fazendo com que haja um maior retorno econômico para a atividade. No entanto, na Região Sul, com exceção de alguns casos bem-sucedidos, geralmente ocorre a venda de produtos agropecuários *in natura*, produto esse que segue dois caminhos; ou é exportado desta maneira ou será beneficiado na Região Nordeste, fazendo com que a agregação de valor se dê nessa Região, aumentando ainda mais as desigualdades entre as Regiões do Estado.

É claro que, paralelo a isso, ocorre a necessidade de mão-de-obra e a conseqüente concentração populacional nessa região. A medida que aumentam as oportunidades de emprego, seja através da indústria ou dos serviços ocorre, conseqüentemente, essa concentração, que culmina com um mercado consumidor mais representativo e por vezes com maior poder aquisitivo quando comparado a áreas onde esse fenômeno não ocorre.

É importante ressaltar que as atividades desenvolvidas em uma região onde o poder aquisitivo da população é superior costumam ter maior probabilidade de sucesso, que poderão despende um valor maior pelos produtos agropecuários, possibilitando o desenvolvimento de atividades mais dinâmicas na Região Nordeste.

E esse dinamismo e diversificação é pouco verificado na Região Sul, onde desde cedo ficou claro que os estancieiros não possuíam espírito empreendedor, uma vez que não procuraram melhorar os rebanhos de gado para competirem com o charque platino, tampouco buscaram aperfeiçoamento na confecção do charque. Com relação a diversificação,

até hoje ainda há predomínio da pecuária em detrimento ao consórcio lavoura/pecuária, mais rentável economicamente. Jansen (2004) afirma que até hoje se desenvolve, predominantemente, a pecuária extensiva e a agricultura em grandes propriedades.

No que diz respeito a essa característica, em relação ao Sul do estado, de que aí existem apenas grandes propriedades, Ribeiro (2002) cita que os estabelecimentos com até 100 ha são a maioria, representando cerca de 70% das propriedades da região. Levando em consideração que esses são pequenos produtores para os padrões de tamanho de propriedade da Região Sul, observa-se que se mantém a tradição na pecuária de corte, a qual vai sendo transmitida através de gerações e independe de área física, conduzindo assim ao baixo retorno econômico por área.

De acordo com Calcanhotto (2001),

(...) nestas áreas, os municípios estão submetidos a uma menor pressão econômica das áreas urbanas–industriais em relação ao meio rural onde, nestas circunstâncias, a tendência é que as atividades agropecuárias sejam desenvolvidas com menores exigências no uso de capital e mão-de-obra, conseqüentemente, gerando produtos de restrito valor agregado - arroz irrigado e a pecuária de corte.

Com relação a cultura do arroz, houve resistência de grande parte dos pecuaristas quanto a envolver-se, em grande escala, com atividades que exigissem um dispêndio significativo na aquisição de máquinas e implementos, como seria o caso da lavoura, gerando riscos de perdas significativas. Fraquelli (1979) afirma que a lavoura, quando surgia nas estâncias, em geral ficava caracterizada como atividade complementar, reduzida a um distante segundo plano em relação à pecuária. Mais freqüentemente, aparecia como resultado da atuação de arrendatários, que arcavam com todas as incertezas inerentes ao empreendimento. Visto a partir da perspectiva do proprietário de terras, o arrendamento para cultivo do arroz rapidamente passou a caracterizar-se como uma alternativa segura, isenta de riscos, para aumento da receita.

Grande parte dos primeiros produtores de arroz do Sul não eram necessariamente ligados à agropecuária, sendo comerciantes ou

empresários, geralmente de outras áreas do Estado que iniciaram a atividade como arrendatários.

Alonso et al (1994) citam que apenas após o enriquecimento dos pioneiros é que os estancieiros tradicionais (em geral os elementos pertencentes a gerações mais novas) começaram, eles próprios, a cultivar arroz, com a comprovação das vantagens econômicas da orizicultura.

Também se verifica que a maior concentração das unidades produtivas encontra-se em propriedades com características de agricultura familiar, ou seja, baixa mecanização e pequenas extensões, onde a produção avícola de corte brasileira se diferencia das outras atividades agropecuárias no que se refere às relações existentes entre as unidades produtivas e a indústria.

Neste mesmo sentido, Scussel (2002) afirma que as criações de pequeno porte desenvolvidas próximas a Porto Alegre estão, muitas vezes, localizadas na sede da região ou próximas a ela, obtendo, com a proximidade, relativas facilidades logísticas e inúmeras vantagens comerciais.

A agropecuária desenvolvida na Região Nordeste encontra inúmeras vantagens com relação a Sul e Norte. Castle (1987) apud Abramovay (2003) coloca que:

(...) o bem-estar econômico das áreas de povoamento mais disperso está ligado e depende da atividade econômica das áreas mais densamente povoadas, não sendo uma coincidência o fato de que as áreas rurais mais prósperas tenham estreitos laços econômicos com outras partes do mundo e com grandes centros urbanos.

Nesse sentido, Calcanhotto (2001) afirma que há uma tendência da influência que o meio rural de municípios com altos níveis de industrialização tem de desenvolver atividades com significativo valor agregado, intensivas em mão-de-obra e capital, como ocorre com as criações de aves sob o regime de confinamento e com o cultivo de hortigranjeiros, comportamento que difere em municípios onde o fenômeno da industrialização e urbanização são inferiores.

É claro que a Região Nordeste dispõe, de “importantes vantagens comparativas em relação a outras regiões do RS ou mesmo de outros estados brasileiros; além da proximidade do mercado consumidor e uma grande disponibilidade de mão-de-obra”. (GRANDO e MIGUEL, 2002)

Cada vez mais se sabe que o sucesso de algumas atividades agropecuárias está ligado à área, principalmente quando o parâmetro “produtividade” chega a seu limite. Nesse caso, a área passa a ser um limitante, uma vez que o preço dos produtos agropecuários apresenta uma tendência à queda nos últimos 20 anos. Portanto, como alternativa busca-se aquelas atividades que agregam mais por área e não se encontram ligadas a questão de escala de produção. Foi constatado, de acordo com Jansen (2002), que 55,7% dos municípios mais pobres localizam-se na região onde predominam o cultivo de grãos, principalmente soja, milho e trigo, o que demonstra a preocupação com alternativas que visem o fortalecimento de atividades que não se consolidam como promotoras de um desenvolvimento efetivo.

Até hoje os projetos de desenvolvimento para a Região Sul priorizam o setor agropecuário, através do incentivo a pecuária de corte, da produção de madeira, lavoura de soja, fruticultura e demais atividades que agregam pouco por área. É claro que na Região Nordeste também são desenvolvidas atividades com baixo valor por área, no entanto a estrutura do mercado consumidor e das oportunidades para industrialização e comercialização são outras, bem diferentes da Região Sul.

Na Região Norte, há a predominância em termos territoriais do binômio soja/trigo, mas também apresenta pequenas propriedades diversificadas, ao contrário da Região Sul. Isso possibilita a busca de alternativas no sentido de diversificação da produção e agroindustrialização, como nos últimos anos o caso da bovinocultura de leite, o que faz com que esta Região ainda consiga se manter com boa representação econômica dentro do Estado. Outra questão a ser considerada é o fato de apresentar um mercado consumidor com maior representação a nível estadual do que a Sul. Consideram-se esses fatores como diferenciais do ponto de vista das desigualdades da agropecuária entre as Regiões.

4. Considerações finais

Para Quando se afirma que o Rio Grande do Sul encontra-se hoje dividido entre Metade Norte e Metade Sul e que uma região é economicamente rica e a outra pobre, desconsidera-se todo um processo de concentração econômica que teve início no final do século XIX e

intensificou-se ao longo do século XX, culminando com uma concentração econômica, populacional e industrial em uma parte da Metade Norte - a Região Nordeste. Este trabalho partiu, portanto, de uma divisão do Estado em três Regiões (Nordeste, Norte e Sul), onde identificou-se que as mesmas apresentam característica bastante distintas. Longe de ser um fato ligado ao passado, ainda hoje se observa que as diferenças se intensificam, promovendo uma desigualdade cada vez mais acentuada entre as Regiões do Estado.

Devido à importância do Setor Agropecuário para o Rio Grande do Sul, procurou-se analisar de que maneira essas desigualdades influenciam o Setor nas Regiões. Assim, foram elaboradas algumas considerações, as quais não têm a pretensão de esgotar o assunto acerca das desigualdades regionais, nem tão pouco ser a solução para elas. No entanto, visam colaborar para o entendimento desse processo de concentração econômica no Estado e na busca de alternativas para que sejam minimizadas essas disparidades.

Nesse sentido, observou-se que a Região Norte tem uma estrutura produtiva diversificada. Esta região possui grandes extensões de lavouras de grãos, onde os produtos são basicamente comercializados *in natura*, respondendo aos preços ditados pelo mercado. Outra característica são as pequenas propriedades diversificadas, onde a industrialização é uma realidade bastante presente. Embora os dados econômicos não apresentem a Região como estagnada, torna-se preocupante que as lavouras de grãos necessitam cada vez mais de área (escala) e do aumento de produtividade para tornarem-se viáveis. Em um prazo mais longo a região pode vir a apresentar algumas das dificuldades enfrentadas pela Região Sul, apesar das características gerais bastante diferenciadas.

A economia da Região Sul perde força no decorrer do século XX, fazendo com que a mesma encontre-se em um preocupante processo de estagnação econômica. A migração da população em busca de oportunidades, e a não consolidação da indústria foram alguns dos fatores que levaram a essa condição. Também a falta de espírito empreendedor (através da “insistência” na pecuária de corte, onde lavoura de arroz só teve espaço bem mais tarde) colaborou decisivamente para este fato. Várias formas de promover a retomada do crescimento econômico desta Região têm sido buscadas nas últimas décadas. As alternativas foram e continuam

sendo baseadas no desenvolvimento da agropecuária, a qual, já se sabe, não foi capaz de sustentar o desenvolvimento da Região em longo prazo.

A agropecuária da Região Nordeste apresenta inúmeras vantagens sobre as Regiões Norte e Sul. Destaca-se um maior mercado consumidor e com maior poder aquisitivo; possibilitando o desenvolvimento de atividades mais dinâmicas, que agregam mais por área. Permite ainda o beneficiamento dos produtos in natura, agregando valor aos mesmos, uma vez que apresenta uma grande concentração industrial. A proximidade com os principais pontos de escoamento de produtos do Estado, possibilita que os produtos agropecuários sejam beneficiados nessa Região, sendo comercializados no próprio Estado ou exportados para outros estados ou países.

Com relação ao mercado consumidor, este representa a maior parcela populacional do Estado. Esses consumidores apresentam, de modo geral, um maior poder aquisitivo, o que possibilita o desenvolvimento de atividades agropecuárias que provavelmente não teriam o mesmo sucesso em outras Regiões.

Algumas atividades agropecuárias desenvolvidas na Região Nordeste se adaptariam perfeitamente a outras realidades regionais, sendo uma alternativa de desenvolvimento. No entanto, deve-se levar em consideração as características históricas, culturais e sócio-econômicas de cada Região, visando reduzir equívocos na elaboração de políticas para o desenvolvimento regional baseados no desenvolvimento do Setor Agropecuário.

Uma vez compreendido que existem Regiões economicamente distintas dentro do Estado, torna-se fundamental o entendimento dessas desigualdades e de sua influência no Setor Agropecuário, a fim de que sejam elaboradas políticas eficientes de modo que sejam minimizados os efeitos das desigualdades econômicas regionais sobre o Setor Agropecuário do Rio Grande do Sul.

5. Referências bibliográficas

ABRAMOVAY, R. **O Futuro das Regiões Rurais**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.

ALONSO, José A. F.; BENETTI, M. D.; BANDEIRA, P. S. **Crescimento econômico da Região Sul do Rio Grande do Sul : Causas e Perspectivas**. Porto Alegre: FEE, 1994.

ARBAGE, A.P. **Economia Rural: Conceitos Básicos e Aplicações**. Chapecó: Universitária Grifos, 2000. 305p.

BANDEIRA, P. Origens, evolução e situação atual das desigualdades regionais no Rio Grande do Sul . *In*: Maria Flora GONÇALVES, M. F., BRANDÃO, C. A., e GALVÃO, A.C. F. (Orgs.). **Regiões e cidades, cidades nas regiões-O desafio urbano-regional**. São Paulo: Editora UNESP, 2003.

CALCANHOTTO, F.A. **Diagnóstico e Análise de Sistemas de Produção no Município de GUAÍBA/RS: uma abordagem agroeconômica**. (Dissertação de Mestrado). Porto Alegre: UFRGS, Curso de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, 2001.

CARVALHO, L.C.P. Os papéis da agricultura no processo de desenvolvimento e suas relações com os demais setores da economia. **Manual de Economia**. São Paulo: Ed. Saraiva, 1991.

FEE – Fundação de Economia e Estatística. **PIB dos Municípios Gaúchos**. Disponível em <<http://www.fee.rs.gov.br>>. Acesso em 05 de fev. 2004.

_____. **VAB dos Municípios Gaúchos**. Disponível em <<http://www.fee.rs.gov.br>>. Acesso em 15 de mar. 2004.

FRAQUELLI, J. A.. A lavoura capitalista do arroz e a crise de 1926. *In*: DACANAL, J. H.,

GRANDO, M.Z. MIGUEL, L.A. (Orgs.). **Agricultura na Região Metropolitana de POA-Aspectos históricos e contemporâneos**. Porto Alegre: Ed. Da UFRGS, 2002.

IBGE- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Produto Interno Bruto dos Municípios**. Disponível em <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em 05 de fev. 2004.

_____. **Produto Interno Bruto dos Municípios**. Série Estudos Metodológicos. Disponível em <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em 05 de fev. 2004

ILHA, A.S., ALVES, F.D., SARAIVA, L.H.B. Desigualdades Regionais no Rio Grande do Sul: O Caso da Metade Sul. **1º Encontro de Economia Gaúcha PUCRS/ FEE**. Porto Alegre, 2002.

JANSEN, S.L. **Identificação e Caracterização das Atividades Agropecuárias nos Municípios Gaúchos: Uma comparação com indicadores sócio-econômicos**. (Dissertação de Mestrado). Porto Alegre: UFRGS, Curso de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, 2002.

JANSEN, S.L. WAQUIL, P. D. Identificação e Caracterização das Atividades Agropecuárias nos Municípios Gaúchos: Uma comparação com indicadores sócio-econômicos. **2º Encontro de Economia Gaúcha PUCRS/ FEE**. Porto Alegre, 2004.

MIGUEL, L. A. e KÜHN, M. J. Aspectos ambientais e sócio-econômicos do espaço rural metropolitano. *In*: GRANDO, M.Z. MIGUEL, L.A. (Orgs.). **Agricultura na Região Metropolitana de POA-Aspectos históricos e contemporâneos**. Porto Alegre: Ed. Da UFRGS, 2002.

MÜLLER, C. A. **A História Econômica do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Banrisul, 1998.

- RIBEIRO, C. M. "Pecuária familiar" na região da campanha do Rio Grande do Sul. **V Encontro da Sociedade Brasileira de Sistemas de Produção**. Florianópolis: SBSP, 2002.
- RIO GRANDE DO SUL. Assembléia Legislativa. **O que é a Metade Sul e o que fazer para desenvolvê-la**. Porto Alegre: CORAG, 1996.
- ROCHE, J. **A Colonização Alemã e o Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Globo, 1969.
- SCUSSEL, M. C. B. O rural e o urbano na região metropolitana de Porto Alegre: o processo de expansão metropolitana. *In*: GRANDO, M.Z. MIGUEL, L.A. (Orgs.). **Agricultura na Região Metropolitana de POA-Aspectos históricos e contemporâneos**. Porto Alegre: Ed.da UFRGS, 2002.
- SILVEIRA, V.C.P., BATISTA, I.M., MACHADO, J.A.D. As Diferenças Econômicas no Rio Grande Sul e seus Reflexos no Setor Agropecuário. **2º Encontro de Economia Gaúcha PUCRS/ FEE**. Porto Alegre, 2004.
- SOUZA, C.F. **Contrastes Regionais e Formações Urbanas**. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2000. 94p. (Coleção Síntese Rio-Grandense).
- VEIGA, J.E. **Desenvolvimento Territorial do Brasil: do Entulho Varguista ao Zoneamento Ecológico-Econômico**. 2001
- VIEIRA, L.F. Agricultura e Agroindústria Familiar. **Revista de Política Agrícola**. V. 7(01), p. 11-23. 1998.